A sair em: *Anais do Simpósio Mundial de Língua Portuguesa – SIMELP/ Universidade de Macau/*2011. Simpósio 17: O português do Brasil: estudos formais com ênfase em línguas em contato e na diversidade linguística.

NOVAS LUZES SOBRE A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

Margarida Maria Taddoni PETTER[1]
Márcia Santos Duarte de OLIVEIRA

RESUMO

Neste trabalho, descrevemos aspectos léxico-gramaticais do português afro-brasileiro recentemente levantados a partir de resultado de pesquisa – Petter & Oliveira (2011) – patrocinada pelo Projeto-piloto IPHAN/USP; parte do conjunto de 'pilotos' do *Inventário Nacional da Diversidade Linguística* (INDL). O objetivo geral da pesquisa foi retratar a situação atual do uso do léxico de origem africana em duas regiões de Minas Gerais e descrever aspectos léxico/morfossintáticos na comunidade quilombola de Jurussaca/PA.

Os dados identificados em Minas foram analisados em comparação com registros existentes, à luz de conhecimentos recentes sobre línguas africanas. Em Queiroz (1998) registra-se, na região, a utilização, por parte de negros e de alguns brancos, de uma linguagem identificada como "língua do negro da Costa", conhecida como 'gira' da Tabatinga. Os resultados obtidos revelam a manutenção de parte do léxico, e mudança fonética/semântica, bem como indicam que a "língua" de Bom Despacho está assumindo uma função de gíria para um grupo de falantes moradores da Tabatinga, região de origem do dialeto. Em Milho Verde, o léxico encontrado está restrito aos cantos da festa de N. Sra. do Rosário.

Os dados relativos à morfossintaxe identificados em Jurussaca/PA chamam a atenção no tocante à questão do 'dativo'; atestou-se um pronome tônico em posição não descrita na literatura (e este não é um dado isolado no corpus dessa comunidade).

Nosso objetivo é reiterar a importância de estudos que descrevam/analisem um universo específico do português 'rural'/não culto brasileiro, enfatizando a necessidade de conhecer a diversidade linguística no Brasil, de acordo com a proposta do INDL.

PALAVRAS-CHAVE

Português vernacular brasileiro de Minas Gerais; português vernacular brasileiro do Pará; comunidade de Tabatinga em Bom Despacho; comunidades de Milho Verde; comunidade de Jurussaca.

I. Introdução

[1] Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Linguística (DL)/ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV). Av. Professor Luciano Gualberto, 403 – Cidade Universitária – CEP: 05508-900 – São Paulo, SP – Brasil. Endereços eletrônicos: mmtpetter@uol.com.br; marcia.oliveira@usp.br.

Nossa proposta, neste texto, é apresentar parte de resultado da pesquisa patrocinada pelo Projeto-piloto *IPHAN/USP 20173*, denominada: *Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará*. Enfocamos a apresentação dos aspectos linguísticos da pesquisa das áreas consideradas 'quilombolas' de: (a) Milho Verde e Tabatinga (Bom Despacho) em Minas Gerais, e (b) Jurussaca no Pará.

> *O projeto-piloto IPHAN/USP é parte de um conjunto de 'pilotos' que precederam a criação, por Decreto-Lei, do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) em 20 de dezembro de 2010 pelo Governo Federal. As línguas são, então, ratificadas, no Brasil, como patrimônio imaterial da humanidade e como tal devem ser documentadas e reconhecidas como "referência cultural" do país.*[2]

Dados sobre o Projeto IPHAN/USP de modo geral podem ser vistos em Petter & Oliveira (2011).

A Constituição Federal de 1988 possibilitou o que se cunhou de 'ressemantização' do termo quilombo. Esta palavra deixou de descrever grupos de pessoas isoladas, fugidas de seus senhores de quem eram prisioneiros, passando a apontar para um tipo de comunidade que, podendo ser composta por descendentes de escravos, caracterizam-se, entre outros fatos, por laços de parentesco e auto-atribuição – ver entre outros, (Arruti, 2006).

Um fato importante e caracterizador das comunidades quilombolas é a prática do sistema de uso comum de suas terras. Este espaço é concebido e explorado por regras consensuais e o sentido de terra e identidade está intimamente relacionado – ver (Pinto 2010: 82). Para maiores incursões sobre o tema 'quilombos', ver (Cunha 2010).[3]

A língua inventariada no Projeto IPHAN/USP recebe a denominação de 'português afro-brasileiro' uma variedade distinta do português popular rural, como se vê em (Lucchesi, 2009: 32):

> *[...] designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro*

---

[2] Petter & Oliveira (2011: Página Inicial).

[3] Falando sobre 'quilombos', a temática central do livro organizado por Cunha é o Maranhão. Neste estado *"[...] estão catalogados, hoje, 24 municípios que, entre os anos de 1832 e 1880 apresentaram registros de quilombos [...] além de ter 61 municípios que apresentam um total de 401 comunidades negras rurais, das quais um quarto delas já foram identificadas como 'quilombos'* ". – Cunha (2010: 9).

> *guardaria uma especificidade no universo mais amplo do* ***português popular rural brasileiro*** *(ou, mais precisamente,* ***norma popular rural do português brasileiro****), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características lingüísticas que o distinguiriam das demais variedades do* ***português popular do Brasil*** *(ou melhor, da* ***norma popular brasileira****).*

Logo, estamos nos centrando em dados sobre o português falado no Brasil e apontando para uma distinção entre um português dito 'padrão', que tem sido identificado pela sigla PB, e outro português 'vernacular', identificado pela sigla PVB. Trata-se do fator 'variação social', atestado em toda língua, mas que no Brasil é um fator linguístico que tem nos levado a sérias discussões, que abordam tanto a incapacidade dos falantes de adquirirem a norma culta quanto a deficiência de escolarização – e que estão envolvidas na incômoda expressão 'preconceito linguístico'.

1.1. *O Português Vernacular Brasileiro – PVB*

Mello (1996: 269-271) propõe que o PVB seja formado por um contínuo dialetal contendo em um de seus extremos o português quilombola e no outro os falares urbanos não padrão (no meio do contínuo estariam os dialetos regionais). Seguindo a abordagem de Mello, e com base no projeto IPHAN/USP, advogamos uma subdivisão geográfica ao contínuo dialetal PVB de Mello (1996) como se vê a seguir em:

(1) *Contínuo Dialetal Português Vernacular Brasileiro de Minas Gerais - PVBMG*
(<u>português afro-brasileiro</u>) / (falares regionais) / (falares urbanos não-padrão)
Milho Verde; **Tabatinga/** ex.: 'Triângulo Mineiro'/ ex.: BH não-padrão[4]

(2) *Contínuo Dialetal Português Vernacular Brasileiro do Pará - PVBP*
(<u>português afro-brasileiro</u>) / (falares regionais) / (falares urbanos não-padrão)
Jurussaca / ex.: fala dos ribeirinhos / ex.: belenense 'não culto'[5]

Em (1) – PVBMG –, o português falado pelas comunidades de Milho Verde e Tabatinga (foco deste trabalho) tipificam a subvariedade afro-brasileira desse contínuo que apresenta distinções das outras subvariedades: (a) a regional, em que se localizam os falares regionais como os da zona da mata mineira[6] e (b) a dos falares urbanos não-

[4] BH – cidade de Belo Horizonte.
[5] Cidade de Belém do Pará.
[6] Para exemplos dessa variedade, ver Nunes (2007). O autor aponta, por exemplo que *"[...] em mineirês a queda de reflexivos é bastante expressiva [...]"*. (Nunes, 2007: 27).

padrão como o português não-culto de grandes centros urbanos mineiros como a capital, Belo Horizonte, ou Juiz de Fora, por exemplo.

Em (2) – PVBP –, o português falado pela comunidade de Jurussaca (também foco deste trabalho) tipifica a subvariedade afro-brasileira do contínuo que apresenta distinções das outras subvariedades: (a) a regional, em que se localizam os falares regionais como os diferentes falares ribeirinhos e (b) os falares urbanos não-padrão como o da capital, Belém, ou Altamira, por exemplo.

A seguir, passamos ao desenvolvimento do trabalho. Na seção dois retratamos a situação atual do uso do léxico de origem africana no PVBMG: as comunidades de Milho Verde e Tabatinga; na seção três descrevemos aspectos do sistema pronominal no PVBP: a comunidade de Jurussaca. Nas seções quatro e cinco apresentamos as considerações finais e as referências bibliográficas respectivamente.

II. O Léxico de Origem Africana em Milho Verde e Tabatinga – PVBMG

Considerando como quilombo a comunidade que "apresenta relações de parentesco entre seus membros; descendência africana e vínculos históricos e culturais com determinado território, independentemente da época em que foi formada", de acordo com a proposta da organização CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva), podemos afirmar que as regiões investigadas em Minas Gerais – as comunidades de Milho Verde (subdistrito da cidade do Serro) e Tabatinga (situada na cidade de Bom Despacho) – fazem parte das 435 comunidades quilombolas mineiras identificadas em Minas Gerais por essa entidade.

As duas regiões selecionadas para nossa investigação caracterizam-se pela manutenção de tradições e de um léxico de origem africana. Trataremos separadamente cada uma delas e, ao final desta seção, apresentaremos uma síntese dos fatos relatados.

Milho Verde

Milho Verde é um distrito com aproximadamente 1.000 habitantes, metade vivendo na área urbana. Faz parte do município de Serro, e situa-se nas vizinhanças de Diamantina – Patrimônio Histórico da Humanidade –, na região do Alto Vale do

Jequitinhonha. Foi povoado na primeira metade do século XVIII, e teve importante papel na história da exploração de minerais preciosos no Distrito Diamantino, servindo como quartel da Guarda Real.

Nessa região não foi identificada, propriamente, uma *língua* de origem africana, mas constatamos a existência de uma prática de origem africana, os vissungos, cantos de origem africana entoados, no passado, por escravos durante seu trabalho no garimpo, ou ainda, durante o enterro de um dos membros da comunidade local.

No entanto, são raras as pessoas que ainda conseguem entoar esses cantos, pois, além de não se realizar mais o garimpo na região, já chegou o automóvel, que transporta os mortos, e assim não há mais os familiares cantando pelo ente que já se foi. O único cantador de vissungos da região de Milho Verde, Seu Ivo, lembrou ainda, durante uma entrevista que nos cedeu, outro impedimento para a manutenção dos cantos: *"é preciso alguém que cante comigo, vissungo é canto e resposta, eu falo ele responde cantando a linguagem".*

Nos arredores de Milho Verde situam-se os quilombos de Baú e Ausente. A comunidade quilombola do Ausente (ou Córrego do Ausente) localiza-se no município do Serro, na região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com informações obtidas através de depoimentos dos próprios moradores, os habitantes da comunidade do Ausente se originam da comunidade do Baú. O quilombo parece receber este nome porque uma população que ocupava casas na região abandonou a mesma para viver em outros lugares, deixando, assim, suas terras na "ausência" de moradores.

A comunidade quilombola do Baú está localizada no distrito de Vila Pedro Lessa, próximo a Milho Verde, município de Serro, no Alto Jequitinhonha, e faz parte da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. O povoado do Baú situa-se a 10 km de Milho Verde e teria surgido no meio de um mato onde havia apenas uma pequena casa de telha, a casa dos senhores. Depois da abolição da escravatura, um casal de escravos que trabalhava nessa casa para os senhores comprou a fazenda.

As principais festas que ainda guardam resquícios de influências culturais da cultura africana são: Festa do Rosário, de São Sebastião, de São João, de Nossa Senhora dos Prazeres (a padroeira da cidade) e Folia de Reis. Na Festa do Rosário, apresentam-se três grupos locais de guarda de congado – os Catopés, Marujos e Caboclos – que possuem sua própria dança, canto e indumentária. A forte tradição no local é esta festa, que é respeitada e festejada até os dias de hoje não só por este distrito, mas também por

muitas outras localidades nas quais as comunidades de ascendência negra se apresentam pouco mais organizadas.

É no grupo dos catopês que se vê de fato a existência de traços das culturas dos negros escravos que habitaram a região no período da mineração. Possuem, em meio às suas músicas, palavras que apontam para a confirmação da influência de línguas africanas na região.

Os moradores de Milho Verde são também conhecedores e agentes da preservação da manifestação cultural que é o grupo dos catopês. No entanto, a maior parte (96%) de seus integrantes são moradores dos quilombos Ausentes e Baú. Embora este grupo específico possua ainda contingente significativo de participantes, apenas os mais velhos é que sabem cantar as músicas adequadamente, bem como tocar os instrumentos.

A Língua dos Catopês

No grupo dos catopês podemos encontrar ainda a permanência de palavras que remetem a um passado de contato linguístico entre o português e línguas faladas por grupos de africanos que se estabeleceram na região. Em conversa com um dos informantes mais antigos em Milho Verde e conhecedor da tradição do grupo dos catopês – além de ex-trabalhador das minas, também conhecedor de alguns dos antepassados mais conhecidos dos quilombos – pôde ser feito o registro de algumas das palavras que aparecem nas cantigas embaladas até os dias de hoje, às quais foram atribuídas as seguintes traduções:

Palavra	Tradução
Andambe	Mulher
Andambe ocaio	Mulher "da vida livre"
Calungo	Rio
Caxinguenguelê	Defunto
Conguteia	Tatu
Cueto	Homem, menino
Cumbumbe sabuquirene	Barriga
Eucatito	Pouco
Gananzambe	Deus
Jambá	Diamante
Macumba imbaua	Cachorro
Omenha de caxaí	Cachaça

Onefe	Mulher bonita
Onjó	Casa
Ovipaco	Dinheiro

Toda a história de Milho Verde está atrelada à dos quilombos, principalmente o quilombo do Baú, considerado cronologicamente como o primeiro a ser formado, seguido do Ausente. No entanto, vê-se que a influência da cultura africana (que deveria estar preservada pelos moradores dos quilombos, uma vez que Milho Verde serviu como quartel da Guarda Real durante o período da mineração) não permanece ativa nos quilombos.

A Língua da Tabatinga em Bom Despacho

Bom Despacho está localizada na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, a 147 km de Belo Horizonte, capital do Estado, tendo hoje 45.626 habitantes, de acordo com dados do IBGE, censo 2010.

A presença africana na referida região é atestada também pelos quilombos que existiram, pelas tradições religiosas de origem africana e pela Língua do Negro da Costa, que são indicadores incontestes da remanescência africana. Todas essas manifestações culturais são ainda preservadas, sendo que, pelo contato com as crenças, tradições e imposições portuguesas, ganharam formato misto que caracterizam a diversidade cultural despachense.

A região da Tabatinga abriga a chamada Língua do Negro da Costa – denominação mencionada por Sônia Queiroz em *Pé Preto no Barro Branco* (1998) – ou como é mais conhecida pelos falantes, "gíria da Tabatinga" e é utilizada de modo corrente por pelo menos 130 pessoas, como se constatou após a aplicação de um questionário sociolinguístico.

A língua da Tabatinga caracteriza-se pela presença de um conjunto lexical de origem banta, que é utilizado dentro da estrutura morfossintática do português falado na região. A investigação realizada nessa região teve dois objetivos: (i) identificar o léxico e (ii) verificar a vitalidade de seu uso.

A história conta que a língua introduzida na região de Bom Despacho tinha o objetivo de ser uma língua secreta, para que os senhores brancos não compreendessem o que os negros falavam entre si. Assim, os escravos podiam avisar quando o patrão (*cavinguero*, na Língua do Negro da Costa) estava voltando (*injirando*) do descanso, por exemplo, a fim de que voltassem também a trabalhar, sem serem pegos

descansando. O caráter de código secreto da língua não se perdeu, já que 40% dos entrevistados se valem dela primordialmente para não serem entendidos por pessoas de fora da comunidade e muitas vezes para brincar com essas pessoas sem que elas saibam.

Portanto, a Língua do Negro da Costa (LNC) tem um caráter informal e seu uso ocorre exclusivamente em contextos sociais informais, como bares e festas tradicionais da região. A pesquisa realizada em 2010 atestou que raramente os falantes adquirem a língua com os pais. O aprendizado se dá basicamente na infância, em idade mais avançada, de 6 a 8 anos, entre as brincadeiras de rua. E a explicação para esse fenômeno é simples: como a língua é muito utilizada para conversas de cunho sexual, muitos pais preferem mantê-la fora do domínio das crianças.

A análise comparativa de alguns itens desse questionário com o que foi aplicado por Queiroz (1998) aponta para a vitalidade da LNC, contrariamente ao que previra a autora no momento de sua pesquisa. A concentração dos falantes de hoje entre os 21 e 60 anos, indica que a LNC ainda é transmitida para as gerações mais jovens. O uso da *língua* se mantém porque a maioria de seus falantes considera importante preservar a fala que os identifica na região, apesar de estar marcada por aspectos negativos – língua de negros, língua de pobres, língua de marginais – que eram associados aos habitantes da Tabatinga.

Os falantes da língua da Tabatinga, de acordo com nossa pesquisa, são brancos, negros e pardos, em proporção bastante equilibrada. Os dados obtidos apontam para a predominância de falantes brancos e *morenos*, de acordo com a autodefinição dos entrevistados, que raramente se reconheceram como *mulatos*. Esses resultados coincidem com nossa observação: na área investigada a população branca e mestiça é maior do que a negra.

Convém destacar que tomamos o critério de autodefinição no sentido estrito do termo, isto é, indagamos ao entrevistado sua cor, sem oferecer-lhe nenhuma opção, por isso obtivemos respostas bem diversificadas, diferentemente da terminologia utilizada pelo IBGE, que classifica a população brasileira em branca, parda e preta. Por outro lado, muitas pessoas que seriam classificadas como brancas, na nossa visão, se reconhecem como morenas. Esses dados mostram que não há necessariamente uma correspondência entre cor da pele e ancestralidade e que a autodefinição leva em conta, principalmente, aspectos culturais e ideológicos.

O léxico é constituído por termos pertencentes ao vocabulário básico e comum, dos seguintes campos semânticos: alimentação, nomes de animais, partes do corpo, sexo

e alguns vocábulos relacionados ao trabalho e às profissões, como se pode observar nos termos mais recorrentes nas entrevistas e nos questionários com os 130 falantes da LNC:

ARONGÓ (cavalo); ARUFIM (peixe); ASSANGO (arroz); AVERO (leite); AVURA (bonito, bom, grande); CAFUVIRA (preto); CAJUVIRA (café); CAMBUÁ (cachorro); CANAMBÓIA (galinha), CAMBERELA (carne), CAMONIM (criança); CANGURA (porco); CONJOLO (casa); CASSUCARAR (casar-se); CATITO (pequeno/feio); CAXÁ (fazer, produzir, criar, entregar, mandar, jogar, atirar, receber, pegar, carregar, trazer, guardar, etc); CUETE (homem); CUMBARO (cidade); CUREIO (comida); CURIMBO (trabalho); GOMBÊ (boi); INGURA (dinheiro), OCAIA (mulher); ORANJÊ (cabelo); ORUMO (carro); TIBANGA (bobo); TINHAME (pé, perna, braço), TIPURÁ (olhar, ver, pegar, saber, flertar).

O uso desses termos apresenta, também, muita variação fonética, muitas vezes observada no mesmo falante, como por exemplo:

Arufim~ orufim ~ orufino ~ouro fino "peixe"
Orongó~orongó~orongome~arongó~arangome~aranguão "cavalo"

As palavras da LNC integraram-se à morfossintaxe do português, participando da distinção de gênero e número, como se observa nos itens:

o cuete cassucarad**o**	**a** ocaia cassucarad**a**
"o homem casado"	"a mulher casada"

O processo de criação lexical mais produtivo é o da sufixação: oca**inha**, cati**tim,** tibang**ão,** tinham**ão**, ao lado da composição: conjolo "casa", que entra na formação de: *conjolo de gombê* "curral", *conjolo de matuaba* "bar", *conjolo dos viriango* "cadeia", *conjolo de camberela* "açougue", *conjolo do longado* "casa de dança". Muitas palavras têm significação bastante ampla, como *caxá*, que pode, segundo o contexto, significar "fazer, produzir, entregar, mandar, jogar, atirar, receber, ganhar, pegar, carregar, trazer, guardar, pôr, ter, etc".

A "língua do Negro da Costa" – "gíria", "língua" ou "dialeto" da Tabatinga – faz parte, portanto, do c*ontínuo dialetal português vernacular brasileiro de Minas Gerais* -

PVBMG, como se pode observar pela integração dos termos de origem africana à morfossintaxe do português falado na região. É pelo uso de um léxico de origem africana que essa fala se distingue no interior desse contínuo.

O uso da *língua da Tabatinga* se mantém porque está, hoje, associado à identidade de um grupo, que não se caracteriza mais por ser negro ou africano, como foi demonstrado pela pesquisa, mas por ser habitante de uma região pobre e outrora discriminada. No entanto, embora o uso do vocabulário de origem africana esteja restrito a essa localidade, o comércio da cidade de Bom Despacho utiliza termos da *língua* como marca registrada de seus serviços, revelando na escolha dos nomes algum conhecimento das palavras da língua:

Clínica veterinária ***Cambuá*** (‘cachorro’)
Bar ***Avura*** (‘bonito, bom, grande’)
Laticínios ***Mavero*** (‘leite, seio’)
Pousada do ***Cuete*** (‘homem’)

Com relação ao conjunto lexical conservado nas regiões mineiras, há, ainda, um aspecto relevante a destacar. Se considerarmos os registros históricos e linguísticos do vocabulário emprestado das línguas africanas presentes no português falado no Brasil, constataremos que, apesar de sua heterogeneidade, com termos que se referem a escravidão, religião, técnicas, bebidas, alimentos, habitações, trajes, vegetais, etc., a maioria dos termos pertencem a um *vocabulário especializado*, ou seja, “um conjunto de termos reservados a domínios delimitados e específicos de conhecimentos ou de atividades e empregos” (Bonvini, 2008: 117), como o vocabulário dos cultos afro-brasileiros, os termos referentes à culinária, à música, etc. Poucos termos, no entanto, pertencem ao vocabulário comum[7] que, segundo Bonvini (2008: 117):

> [...] está aberto a todas as noções, não é limitado a uma categoria de objetos e é constituído de termos que se poderiam designar como aplicáveis aos diferentes contextos da vida quotidiana.

No caso das comunidades mineiras investigadas, em Bom Despacho, sobretudo, o léxico pertence, na sua maior parte, ao vocabulário comum – um conjunto lexical menos marcado e mais propenso a uma difusão maior, pois contém designações de partes do corpo, alimentos, animais. Como justificar, então, o fato de que o uso de tal léxico tenha

[7] Ver a esse respeito o texto de Alkmim e Petter (2008), onde as autoras analisam uma pesquisa sobre os termos do vocabulário comum de origem africana em uso no Brasil.

ficado restrito à região da Tabatinga e seja desconhecido do restante do país, não sendo nem mesmo registrado pelos dicionários gerais do português do Brasil? A história social da comunidade, relacionada ao passado escravocrata, pode explicar a necessidade de manter um código linguístico de uso exclusivo do grupo, que afastasse da comunicação os que dele não fizessem parte, garantindo assim a preservação da *língua*.

III. Alguns Aspectos Morfossintáticos da Fala de Jurussaca – PVBP

A Comunidade de Jurussaca é – de acordo com NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – um dos 253 povoados 'quilombolas' distribuídos em oito áreas do Estado do Pará.[8] Segundo dados da Associação de Moradores, a população de Jurussaca (PA) oscila entre 500 a 600 pessoas – as informações são baseadas no último senso divulgado na comunidade pelo IBGE 2010.[9]

O Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo da terra foi concedido à comunidade pelo Governo do Estado do Pará e se deu no dia 14 de setembro de 2002, tendo sido delimitada uma área de 200,9875 *ha.*[10] A luz chegou à Jurussaca por meio do Projeto "Luz para Todos" do Governo Federal (Lula) em setembro de 2010. A hidrografia da comunidade é formada pelo rio Jurussaca e igarapés; esses continuam sendo de fundamental importância na alimentação e na higiene das pessoas, pois os moradores ainda não têm água encanada.

Estudos apontam que as comunidades do Pará são "assentamentos migratórios" de comunidades maranhenses. Segundo os moradores, Jurussaca se iniciou a partir de quatro fundadores que, fugidos do Maranhão, se instalaram na região.[11] Dizem que um

---

[8] O NAEA – Apoio: Governo do Pará, Fundação Ford, CNPq, CEDENPA, Programa Raízes – se constitui em um grupo de pesquisa envolvendo professores e pesquisadores ligados à Universidade do Pará – UFPA – junto a povoados negros rurais no Estado do Pará, iniciadas no rio Trombetas em 1989. Anos de pesquisa e publicações resultaram no Cd ROM: "Quilombolas do Pará", um Banco de Dados sobre as comunidades quilombolas paraenses (de matriz negra), contendo textos históricos, fotos, croquis, músicas e falas de quilombolas – ver NAEA (2005). A direção da pesquisa é de Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, cujas publicações podem ser vistas em seus respectivos currículos na Base de Dados do 'Currículo Lattes'/ CNPq.

[9] Faz-se a média de 5 pessoas por casa já que nem sempre é fácil se encontrar as pessoas nas casas durante o senso.

[10] O documento pode ser visto em: Peter & Oliveira (2011). Comunidades. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/indl/Extra/Jurussaca.htm.

[11] Sobre quilombos do Maranhão, ver nota 3.

dos quatro fundadores era oriundo de Minas Gerais (a sua neta, dona Vicência, reside no município próximo, Tracuateua).

Abaixo, um relato de Seu Angelino, quilombola de Jurussaca, sobre a origem da comunidade:

> *"[...] (olha) foi as pessoa mais velha que...(que) disseram né?... (falavam)...aí sobre negócio de/a gente conversando em reunião... essas coisas... aí eu chego em reunião a gente puxa esses assunto né?...aí essas pessoas já falavam ... (que eram) que essas pessoas que vieram pra cá (foram)... uns eram do Maranhão né?... aí vieram... ficaram... se localizavam assim... que era mata aqui... ninguém (era dono disso) ...só tinha aquela barriga de ( )... aí ficou um lá na beira do rio... aí ficou outro que morava aqui nesse local... e outro que era lá da rochinha... aí essas pessoas ... sempre aqui e acolá a gente pega assim uma parte... mas é difícil a gente num...deixa escrito...[...]*

A transmissão da língua em Jurussaca – o PVBP – é oral, passando de pai para filho, dentro da própria comunidade. As primeiras descrições sobre o PVBP começam a ser realizadas por meio de trabalhos acadêmicos.

Oliveira & Fernandes (2009) apresentam as primeiras considerações sobre o quadro dos pronomes da fala das pessoas de Jurussaca. A partir de Oliveira & Fernandes (2009), Oliveira, Campos & Fernandes (2011) propõem uma descrição preliminar do sistema pronominal na fala dos habitantes de Jurussaca visando a um cotejo com o sistema pronominal do português normatizado pela escola – a língua escrita 'culta'. O objetivo dos autores é apresentar a diferença entre uma 'norma' e outra e evidenciar a importância de que a escola de Jurussaca priorize a inserção paulatina do mundo da escrita via a 'norma da comunidade' para então, paulatinamente, inserir a 'norma' escrita culta. Abaixo, resumimos o estudo desses autores chamando a atenção para a expressão do 'dativo' na fala de Jurussaca:

<u>Considerações do Estudo de Oliveira, Campos & Fernandes (daqui em diante, *OCF*) (2011)</u>

1. A fim de cotejarem a 'norma de Jurussaca' – que chamamos neste trabalho de PVBP – com a norma padrão PB, OCF introduzem primeiramente o quadro abaixo de (Bechara, 2009) – apontando os pronomes da língua portuguesa da modalidade padrão ou culta.[12]

[12] (Oliveira et al. (2011: quadro 1). Simplificamos o subtítulo dos autores.

Quadro 1 – Norma PB

Pessoa	Caso nominativo	Oblíquos átonos	Oblíquos tônicos
1ª s.	eu	me	mim
2ª. s.	tu	te	ti
3ª. s.	ele/ela	lhe, o, a, se	ele, ela, si
1ª. pl	nós	nos	nós

2.

OCF chamam nossa atenção para o fato de que, na fala de Jurussaca (PVBP) as formas oblíquas do quadro PB acima não são atestadas. Não ocorre ainda a forma de 2ª. pessoa do plural "vós".[13] O quadro a seguir apresentado por OCF resume as formas pronominais do PVBP (fala de Jurussaca).

Quadro 2 – Norma PVBP/Jurussaca[14]

Pessoa	Nominativo	Acusativo	Dativo
1ª s.	eu	me	para mim
2ª. s.	tu, você	te	para ti/você
3ª. s.	ele, ela	ele, ela	para ele/ ela
1ª. pl	nós, a gente	nós, a gente	para nós/a gente
2ª. pl	vocês	vocês	para vocês
3ª. pl	eles, elas	eles, elas	para eles/elas

Sobre o uso dos pronomes em Jurussaca, ressaltamos alguns pontos do estudo realizado por OCF sobre o PVBP:

(i) ausência de clíticos de terceira pessoa (**o**, **a**, **lhe**) e primeira pessoa do plural (**nos**); os clíticos estão restritos aos pronomes de 1ª. e 2ª. pessoas;

(ii) a forma 'nominativa' (sujeito) atua como a forma *default* – há uma única forma para os pronomes em posição de sujeito e objetos direto e indireto.

[13] Este fato é comum ao PB no uso coloquial e ao PVB de modo geral.
[14] (Oliveira et al. 2011: quadro 2). Alteramos a abreviatura original PVB para PVBP.

Nós *ia ajuda ela e ela* ***nós*** *ajudava ....*

(iii) Falantes mais velhos: uso categórico do pronome de primeira pessoa **nós** em contraste aos falantes mais novos que fazem maior uso do pronome **a gente**

(iv) (iv) ocorrência de **lhe** acusativo formal

... Não, roça uma roça que eu vou ***lhe*** *ajudá prantá, carpiná,*

Logo, observe que o sistema pronominal PVBP parece ter comportamento muito parecido como outros sistemas PVB já descritos, como por exemplo, a ausência de clíticos. Observe as palavras de Pagotto (2007: 469, os grifos são nossos):

> *[...] A tão propalada unidade linguística no Brasil é, assim, mais interessante não quando se tomam os falares cultos, mas especialmente quando se tomam os dialetos populares das mais diversas regiões. É claro que há diferenças regionais entre os vários dialetos brasileiros, mas chama a atenção que em todo o Brasil os diversos dialetos populares se oponham ao português erudito segundo um mesmo conjunto de traços na morfologia e na sintaxe. É aqui que se localiza a unidade do português brasileiro. [...]*
> *[...] Em primeiro lugar, não significa homogeneidade na sintaxe ou na morfologia quanto a todos os traços relevantes que caracterizam uma gramática, mas que, quanto a um certo núcleo da gramática se pode depreender um mesmo conjunto de traços que opõe o que podemos chamar de português popular ao português erudito e ao português de Portugal. Nesse sentido, não se tem notícia de dialetos populares que façam uso do clítico acusativo, nem da relativa padrão, por exemplo. [...]*

Logo, o PVBP estaria atrelado a um sistema pronominal PVB como um todo, apontando para a chamada "unidade do português brasileiro" descrita por Pagotto e evidenciada, principalmente, na ausência de pronomes clíticos acusativos – ver (i) acima.

No entanto, o estudo de OCF enfoca, além dos tópicos (i-iv) acima, mais um:

(v) o emprego da 1ª. pessoa do plural em funções objetiva (objeto direto)/ oblíqua (objeto indireto)

nós ia ajudá *elas* e elas [***nós***] ajudava

...chegando aqui o (Castamba) [***nós***] deu... aquele *pedacim* pra *mim* com o Francisco e a Valmira

OCF descrevem duas situações pronominais peculiares em PVBP, até onde se sabe, ainda não atestadas na literatura.

3(a). *A 1ª Pessoa do Plural Objetiva*

(i) **nós** ia ajudá *elas* e elas [***nós***] ajudava[15]

Observe que em (i), trata-se do emprego de uma forma tônica no lugar de uma átona – já que o sistema PVB de modo geral 'desconhece' pronomes clíticos. No entanto, a 'novidade' em (i) não é o não emprego do clítico tomado pela forma tônica (o 'segundo **nós**), mas a questão da ordem desse pronome tônico que ocorre antes do verbo. Na maioria das variedades PVB sentenças como (i) seriam proferidas como (a) ... *elas ajudava nós*, em que o pronome tônico estaria na posição após o verbo.

3(b). *A1ª Pessoa do Plural Oblíquo*

(ii) *E... Com o poder de Deus e... o Lula* ***nós deu*** *essa uma, que nós tava precisando mesmo...* [16]

Para sentenças como (ii), o PB prevê: (b) ... o Lula *nos deu/ deu para nós*. No entanto a 'norma' PVBP é **nós deu**. OCF fazem questão de dizer que (ii) (assim como (i)), não são dados isolados na fala de Jurussaca. A pesquisa IPHAN/USP em área atesta que a fala PVBP utiliza a forma **nós** para todos os 'casos' pronominais – ver tópico (ii) no início desta seção (III). A grande 'novidade' é, de novo, a posição do pronome oblíquo (objeto indireto) – (ii) –, que ocorre antes do verbo, na posição de um pronome átono. Também, como no caso do pronome objeto (i), um dado ainda não atestado na literatura brasileira.

A fala de Jurussaca faz parte, portanto, do *contínuo dialetal português vernacular brasileiro do Pará* – PVBP, como se pode observar pela integração dos termos lexicais e da morfossintaxe, de modo geral, ao português falado na região do Pará, e podemos até mesmo expandir, ao português vernacular brasileiro como um todo. É por aspectos morfossintáticos relacionados à marcação da 1ª. pessoa do plural em funções objetiva e dativa que essa fala se distingue no interior desse contínuo.

IV. Considerações Finais

[15] (Oliveira et al. 2011: dado (35), renumerado).
[16] (Oliveira et al. 2011: dado (29), renumerado).

Este trabalho orientou-se pelos pressupostos da diversidade linguística e da existência de um contínuo dialetal das variedades vernaculares do português falado no Brasil. A pesquisa realizada, no quadro dos projetos-pilotos do INDL, permitiu constatar que as regiões investigadas – Milho Verde e Tabatinga, em Minas Gerais, e Jurrussaca, no Pará – constituem duas áreas dialetais com características específicas importantes. Muito embora as comunidades quilombolas dessas localidades façam parte, ainda, do que se pode designar como *português afro-brasileiro*, é importante destacar as diferenças que as individualizam.

As comunidades mineiras foram estudadas sob o ponto de vista do léxico, tendo em vista o fato de se distinguirem pela conservação de um uso restrito de palavras de origem africana desconhecidas do restante do país.[17] Esse pequeno inventário lexical continua ainda dinâmico, na Tabatinga, pois é usado por um grupo de, pelo menos, 130 pessoas e vem sofrendo mudanças fonéticas e semânticas. A fala dessa localidade, no entanto, não constituiu uma *língua*, pois o vocabulário de origem africana está integrado ao português, obedecendo à morfossintaxe do dialeto local. Por esse motivo, não se pode considerar que a linguagem observada nessa região rompa totalmente o contínuo dialetal mineiro, nem o contínuo dialetal afro-brasileiro. As comunidades mineiras, por outro lado, conservam traços de africanidade em suas manifestações culturais, como os vissungos e os catopés de Milho Verde.

Em Jurussaca, a comunidade foi estudada sob o ponto de vista etnolinguístico, mas ressaltamos neste trabalho uma primeira abordagem da fala da comunidade enfocando o seu sistema pronominal – aspectos morfossintáticos. Como na conclusão para a fala das comunidades mineiras abordadas nesse trabalho, concluímos também que a fala da comunidade de Jurussaca não constitui uma *língua*, pois a morfossintaxe desse dialeto, em seus aspectos gerais, está integrada aos aspectos que já vem sendo descritos para o PVB de modo geral. No entanto, chamamos a atenção para um ponto da morfossintaxe do PVBP, na área do sistema pronominal, ligada à marcação dos casos objetivo/dativo (1ª. pessoa do plural) que parece 'destoar' do contínuo PVBP e ainda do contínuo PVB. Logo, este fato gramatical merece maiores investigações – bem como outros aspectos da gramática devem ser investigados nessa variedade afro-brasileira a fim de que realmente possamos medir sua realização dentro do contínuo PVBP e PVB.

---

[17] De acordo com a literatura, só há duas outras comunidades brasileiras que apresentam essa característica, o Cafundó, em São Paulo, e Patrocínio, em Minas Gerais.

Ao término de nossas considerações temos ainda a dizer que as duas áreas dialetais aqui apresentadas – PVBMG/ PVBP – representam parte do início do que deverá ser o esforço conjunto, nacional, de se conhecer a nossa diversidade linguística. Por meio do recém criado INDL – Instituto Nacional da Diversidade Linguística – o Governo Federal visa a ratificar que o Brasil é um país multilíngue (como a maior parte dos países do mundo). Nosso país possui mais de 200 línguas indígenas e atesta: línguas de imigração, variedades de línguas de sinais brasileiras e variedades de português afro-brasileiro. O INDL deverá proceder, por exemplo, nos próximos anos, no tocante ao português afro-brasileiro, o inventário da fala de comunidades como as de Tabatinga, de Milho Verde e de Jurussaca, como situações constitutivas da diversidade linguística do país. Este fato promete ser um grande ganho para os direitos humanos em nosso país. Devemos divulgá-lo.

V. Referências Bibliográficas

Alkmim, Tânia; Petter, M. Maria Taddoni. 2008. Palavras da África no Brasil de Ontem e de Hoje. In: Fiorin, J. L.; Petter, M. M. T. (Orgs.). *África no Brasil: a Formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 145-178.

Arruti, José Maurício. 2006. *Mocambo: Antropologia e História dos Processos de Formação*. Bauru, SP: Edusc.

Bonvini, Emilio. 2008. Os Vocábulos de Origem Africana na Constituição do Português Falado no Brasil. In: Fiorin, J. L.; Petter, M. M. T. (Orgs.). *África no Brasil: a Formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 101-144.

Cunha, A. Stela A. (Org.). 2011. *Entendendo Quilombos, Desconstruindo Mitos – a Educação Formal e a Realidade Quilombola no Brasil*. Guimarães, MA: SETAGRAF.

Lucchesi, Dante. 2009. Introdução. In, Lucchesi, D; Baxter, A.; Ribeiro, I. (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador, Bahia: EDUFBA, p. 27-41.

Machado Filho, A. M. 1943. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais.* Rio de Janeiro: José Olympio.

Mello, Heliana R. 1996. *The Genesis and Development of Brazilian Vernacular Portuguese.* The City University of New York. PhH Thesis.

NAEA. 2005. *Quilombos do Pará,* cd-rom. Belém: NAEA-UFPA & Programa Raízes.

Nunes, Jairo. 2007. Triangulismos e a Sintaxe do Português Brasileiro. In: Castilho, A. T. et al. (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: FAPESP, Campinas: Pontes, p. 25-34.

Oliveira, Márcia S. Duarte. de; Fernandes, Jonas T. Viccari. 2009. *Aspectos Etnolinguísticos da Fala em uma Comunidade Quilombola do Pará: Jurussaca.* Resultados de Pesquisa de Iniciação Científica – FFLCH/USP. Manuscrito.

Oliveira, Márcia S. Duarte de; Campos, Ednalvo Apóstolo; Fernandes, Jonas T. Viccari. 2011. Repensando a escola em Jurussaca a partir da 'norma dos pronomes pessoais da comunidade'. In: Cunha, A. S. de A. (Org.). *Entendendo Quilombos, Desconstruindo Mitos – a Educação Formal e a Realidade Quilombola no Brasil*. 1 ed. Guimarães, MA: SETAGRAF, 2011, v. 1, p. 129-144.

Petter, Margarida. M. Taddoni; Oliveira, Márcia S. Duarte de. 2011. *Projeto-Piloto Comunidades Quilombolas IPHAN/USP*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/indl>. Acesso em 16 de mar. de 2011.

Pinto, Maria Célia B. Virgolino. 2011. Remanescentes Quilombos de Jurussaca – Processos Identitários. In: Cunha, A. Stela A. (Org.). *Entendendo Quilombos, Desconstruindo Mitos – a Educação Formal e a Realidade Quilombola no Brasil*. Guimarães, MA: SETAGRAF, p. 129-144.

Queiroz, Sônia. 1998. *Pé preto no barro branco:* a língua dos negros da Tabatinga. Belo Horizonte: Editora da UFMG.